

---

## **Turma 2020.2**

Adriana Carneiro da Cunha Monteiro Nóbrega

**Projeto de pesquisa com título provisório:** Abrindo portas: as reclamações pré-processuais e o papel interinstitucional do CEJUSC no tratamento da litigiosidade recorrente

Possui graduação em Direito pela Universidade Federal da Paraíba (2004) e especialização em Direito Processual Civil pela Universidade de Brasília - UnB e em Psicologia Positiva pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUC/RS. Atualmente lotada na 3ª Vara Cível da Seção Judiciária Federal da Paraíba, é também Juíza Federal Coordenadora do CEJUSC (Centro Judiciário de Solução Consensual de Conflitos e Cidadania) da Sede da mesma Seção, vinculada ao Tribunal Regional Federal da 5ª Região, atuando principalmente nos seguintes temas: Conciliação e mediação, direitos humanos e cidadania, administração judiciária, acesso à Justiça e gestão de conflitos por consensualidade.

**Link Currículo Lattes:** <http://lattes.cnpq.br/0988087886560896>

---

Adriana Sant'anna Coningham

**Projeto de pesquisa com título provisório:** Desapropriação judicial indireta por interesse social como instrumento de pacificação social nos conflitos coletivos fundiários: Inovação na aplicação e efetivação do art. 1.228, §§ 4º e 5º do Código Civil

Possui graduação em Direito pela Universidade Federal de Mato Grosso (1992). É qualificada pela Escola Superior da Magistratura do Estado de Mato Grosso (1998) e Escola Superior do Ministério Público (1994); Pós-graduada em Direito penal e Processual Penal; Direito do Estado; MBA em Poder Judiciário pela FGV. Participou do Programa Internacional de Treinamento Judicial na Universidade da Geórgia - EUA. Certificada pela ENFAM - Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrado no curso para Formação de Formadores. Encontra-se cursando pós-graduação (latu sensu) pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul o curso de Direitos Humanos, Responsabilidade Social e Cidadania Global, com certificação em Neurociências, na modalidade EAD. Juíza de Direito desde 1999, atualmente, juíza auxiliar da Vice-Presidência do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso atuando na coordenação do NUGEP/MT Núcleo de Gerenciamento de Precedentes/MT. - É titular (2012) da Vara Especializada em Direito Agrário do Estado de Mato Grosso, onde lida com conflitos fundiários coletivos e individuais; - Integra a CAF- Comissão Estadual de Assuntos Fundiários e Registros Públicos da Corregedoria, bem como integrou a Comissão Municipal de Assuntos Fundiários da Comarca de Cuiabá/MT. Compõe o Comitê sobre Equidade de Gênero entre homens e Mulheres no Poder Judiciário.

**Link Currículo Lattes:** <http://lattes.cnpq.br/9956964529204963>

---

Artur Domingos Gunza

**Projeto de pesquisa com título provisório:** ADOÇÃO INTERNACIONAL EM ANGOLA: ANÁLISE TEÓRICA E PRÁTICA DE CASOS CONCRETOS COM FOCO NO APRIMORAMENTO

---

Possui graduação em Direito pela Universidade Agostinho Neto (2004). Atualmente é Diretor-Geral do Instituto Nacional de Estudos Judiciários. Tem experiência na área de Direito.

**Link Currículo Lattes:** <http://lattes.cnpq.br/4266254939766885>

---

Audrey Kramy Araruna Goncalves

**Projeto de pesquisa com título provisório:** O magistrado gestor no novo Poder Judiciário pós pandemia Covid-19: O uso dos meios tecnológicos na Administração Judicial

Possui graduação em Direito pelo Centro Universitário de João Pessoa (1999). Exerce o Cargo de Juíza de Direito do Tribunal de Justiça da Paraíba desde julho/2002. Atualmente é titular de Vara Cível, em Comarca de 3a. entrância no Estado. Possui Especialização em Direito Processual Civil e Especialização em Direito de Família e Direito das Sucessões. Concluiu os Cursos de Formação de Formadores 01, Módulos 01, 02 e 03 ministrados pela Enfam em 2019. Participa do projeto de Preceptoría da ESMA/PB desde 2018, auxiliando alunos sobre a prática judicante.

**Link Currículo Lattes:** <http://lattes.cnpq.br/0098995447551206>

---

Carmen Lúcia Rodrigues Ramajo

**Projeto de pesquisa com título provisório:** A autocomposição no exercício da atividade Jurisdicional: Uma (re) análise da tutela Jurisdicional no conflito intrafamiliar

Possui graduação em Direito pela Universidade Estadual de Maringá (1993), com Láurea Acadêmica. Atualmente é Juiz de Direito de entrância final no Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, titular da 2a. Vara de Família, Acidentes do Trabalho e Sucessões e Juíza Supervisora do Cejusc - Maringá. Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Civil, atuando principalmente nos seguintes temas: Conciliação, mediação, direito de família, direito civil, direito previdenciário e justiça restaurativa

**Link Currículo Lattes:** <http://lattes.cnpq.br/2953009423134085>

---

Claudia Catafesta

**Projeto de pesquisa com título provisório:** A audiência de reavaliação da medida socioeducativa de privação de liberdade: A importância do diálogo na Legitimação da função jurisdicional

Mestranda no Programa de Pós-Graduação Profissional em Direito da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados - ENFAM. Juíza de Direito da Vara de Adolescentes em Conflito com a Lei do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Londrina. Formadora pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados - ENFAM. Integrante do Fórum Nacional da Infância e da Juventude (Foninj) - Portaria n. 203, de 06 de outubro de 2020 do Conselho Nacional de Justiça - CNJ. Vice-Presidente do Fórum Estadual de Juízes da Infância e da Juventude do Estado do Paraná. Representante do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná na qualidade de membro do Comitê para Acompanhamento das Medidas de Enfrentamento à Covid-19, no Sistema Socioeducativo do Estado do Paraná. Coordenadora Adjunta do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania da Comarca de Londrina.

---

Coordenadora da Célula de Socioeducação do Conselho de Supervisão dos Juízos da Infância e Juventude - CONSIJ-PR. Coordenadora do Núcleo de Apoio Especializado à Criança e ao Adolescente (NAE) da Comarca de Londrina. Professora Convidada no curso de pós graduação em direito aplicado na Escola da Magistratura do Paraná. Idealizadora e Representante do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná na qualidade de membro do Comitê de Articulação de Práticas Restaurativas do Programa Municipal de Práticas Restaurativas nas Escolas Municipais de Londrina (Lei Municipal nº 12.467/2016). Idealizadora do Projeto Falando Sobre Socioeducação - Rodas de Conversa nos Centros de Socioeducação de Londrina. Palestrante em Justiça Restaurativa e Socioeducação. Co-autora do capítulo Justiça Juvenil e Justiça Restaurativa do livro Diálogos em Prol de uma Justiça Juvenil (2017). Graduada em Direito pela Universidade de Caxias do Sul (2003).

**Link Currículo Lattes:** <http://lattes.cnpq.br/2182262134308545>

---

Claudio Camargo dos Santos

**Projeto de pesquisa com título provisório:** Audiência de custódia: Uma proposta de efetivação de transformação do poder judiciário e da sociedade

Possui graduação em Direito pela Universidade Federal do Paraná (1993). Ingressou na magistratura em 1996, após aprovação em concurso público prestado no ano de 1995, junto ao Tribunal de Justiça do Paraná. Atualmente é juiz de direito da 1ª Vara Criminal de Maringá, Comarca de entrância final, com competência exclusiva para presidir audiências de custódia, para atuar em processos de crimes dolosos contra a vida e processos que envolvem crimes de trânsito. Coordenador Adjunto do Centro Judiciário de Soluções de Conflito - Cejusc Maringá - desde 2015. Colaborador do Grupo de Monitoração e Fiscalização do Sistema Carcerário e Sistema de Socioeducação (GMF) do Tribunal de Justiça do Paraná. Coordenador do projeto para criação de Apacs - Associação de Proteção e Assistência aos Condenados - no Estado do Paraná, desde 2017, mediante designação do Tribunal de Justiça do Paraná. Coordenador e idealizador do projeto de audiências de custódia e coordenador do projeto Justiça, Educação e Sobriedade no Trânsito junto à 1a Vara Criminal de Maringá. Instituiu o projeto Opud (Oficina de Prevenção e Uso de Droga) em Maringá. Palestrante sobre os temas "audiência de custódia", "justiça restaurativa" e "crimes de trânsito". Membro da Comissão Executiva e do Conselho Gestor do Programa de Pacificação Restaurativa de Maringá, instituído pela Lei Municipal nº 10625/2018.

**Link Currículo Lattes:** <http://lattes.cnpq.br/0945014927862362>

---

Cristina de Albuquerque Vieira

**Projeto de pesquisa com título provisório:** A efetividade da Justiça Restaurativa na Justiça Federal: Levantamento estatístico e análise de dados orientados a verificar as melhores estratégias restaurativas para evitar a recidiva delitiva.

Possui graduação em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1997). Atualmente é juíza federal substituta - Justiça Federal do Rio Grande do Sul.

**Link Currículo Lattes:** <http://lattes.cnpq.br/6889758988174268>

---

---

Daniela Bandeira de Freitas

**Projeto de pesquisa com título provisório:** Uma proposta de conformação da lei geral de proteção de dados no âmbito do Poder Judiciário.

Possui pós-graduação lato sensu em Direito de Empresas pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Mestre em Ciências Jurídico-Políticas pela Faculdade Direito de Lisboa,

Portugal. Atualmente é professora da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro - EMERJ - na área de Direito Administrativo e vice coordenadora da área de Direito Administrativo, também da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro - EMERJ. Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Administrativo. É professora da Escola de Administração Judiciária do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro - ESAJ.

**Link Currículo Lattes:** <http://lattes.cnpq.br/0662448656673966>

---

Daniella Alvarez Prado

**Projeto de pesquisa com título provisório:** Efetividade das Audiências de Custódia: Ferramentas objetivas de preparação do Magistrado.

Juíza de Direito do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro desde 2001. Possui graduação em Direito pela Universidade Cândido Mendes Rio de Janeiro (1997). É Mestre em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (2015). Doutorado em aberto em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (entre 2016 a 2019). Professora dos quadros da Escola de Magistratura do Estado do Rio de Janeiro. Membro do Fórum Permanente de Direito e Justiça Criminal da Escola de Magistratura do Estado do Rio de Janeiro (desde 2019). Juíza de Direito Titular da 35 Vara Criminal do Rio de Janeiro desde 2010.

**Link Currículo Lattes:** <http://lattes.cnpq.br/8244885950424735>

---

Douglas José da Silva

**Projeto de pesquisa com título provisório:** Implementação de novas ferramentas para viabilizar a participação efetiva dos jurados no tribunal do Júri.

Juiz de Direito do TJPE e professor, mestrando pela ENFAM, especialização em Direito Penal e Processual Penal. Experiência na área jurídica e em concursos públicos, possuindo diversas aprovações, tais como: Juiz de Direito do TJCE (1º lugar), Técnico do TRF 5 (1º lugar), Juiz de Direito do Tribunal de Justiça de

Pernambuco, Delegado de Polícia do Estado de Pernambuco (aprovado no 4º período), Delegado de Polícia do Estado da Paraíba (aprovado no 8º período), Delegado de Polícia do Estado do Rio Grande do Norte (aprovado no 8º período), Analista Judiciário do TRT da 5ª Região (aprovado no 8º período), além dos demais listados ao final. Já exerceu vários cargos como Juiz de Direito do TJCE, delegado de Polícia Civil (PE), oficial de justiça (TRT 5), Banco Central, soldado e sargento (CBMPE).

**Link Currículo Lattes:** <http://lattes.cnpq.br/9870899622094320>

---

Emiliano Zapata de Miranda Leitão

**Projeto de pesquisa com título provisório:** Uso da Inteligência Artificial pelo Poder Judiciário Brasileiro: uma proposta de padrões ético-jurídicos de transparência a serem estabelecidos pelo CNJ

Possui graduação em Direito pela Universidade Federal da Paraíba (1999). Atualmente é Juiz Federal do Tribunal Regional Federal da 5.ª Região, lotado na Justiça Federal de 1.º Grau na Paraíba - Seção Judiciária da Paraíba - SJPB. Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito e Tecnologia.

**Link Currículo Lattes:** <http://lattes.cnpq.br/3166799240716098>

---

Eunice Maria Batista Prado

**Projeto de pesquisa com título provisório:** Banco Nacional de eventos adversos em sistemas de inteligência artificial da justiça: Uma proposta para controle de parâmetros éticos e constitucionais das aplicações de Inteligência Artificial utilizadas pelo Poder Judiciário brasileiro

Graduada em Direito pela Universidade Federal de Sergipe. Juíza de Direito do Tribunal de Justiça de Pernambuco, titular da 4ª Vara Cível de Olinda. Integrante do Grupo de Trabalho sobre Ética e Inteligência Artificial do Conselho Nacional de Justiça, criado pela Portaria CNJ n. 197, de 22.11.2019, para elaborar estudos e propostas voltadas à ética na produção e uso da Inteligência Artificial no Poder Judiciário brasileiro. Membro do Conselho de Inovação do AMBLab, o Laboratório de Inovação e Inteligência da Associação dos Magistrados Brasileiros, representando o segmento da Justiça Estadual. Concluiu em 2020 pósgraduação lato sensu em Direito do Consumidor e Responsabilidade Civil, com monografia sobre Responsabilidade Civil por Atos de Inteligência Artificial nas Relações de Consumo. Está cursando pós-graduação lato sensu em Direito Público, GovTech e RegTech. Professora de cursos de aperfeiçoamento para magistrados na Escola

Judicial de Pernambuco, tendo criado e ministrado o curso de Cultura da Inovação, Transformação Digital e Tecnologia Aplicada ao Direito, e o curso de Tendências Tecnológicas para o Poder Judiciário Pós-Pandemia de Covid19, ambos certificados pela ENFAM. Diretora de Comunicação e Tecnologia da Associação dos Magistrados do Estado de Pernambuco. Membro da Diretoria AMB Mulheres para a Região Nordeste. Integrante do Grupo de Trabalho sobre Covid-19 e Violência Doméstica, criado Portaria CNJ n. 70, de 22.04.2020, para a indicação de soluções, inclusive tecnológicas, voltadas à prioridade de atendimento das vítimas de violência doméstica e familiar ocorrida durante o isolamento

---

social em decorrência da pandemia do novo coronavírus, sendo uma das idealizadoras da campanha nacional Sinal Vermelho para a Violência Doméstica, parceria do CNJ e da AMB lançada em solenidade virtual no CNJ no dia 10.06.2020.

**Link Currículo Lattes:** <http://lattes.cnpq.br/8677295866125048>

---

Fabiane Borges Saraiva

**Projeto de pesquisa com título provisório:** Conselhos regionais de saúde: Desjudicialização e mediação interinstitucional

Possui graduação em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande (1999). Atualmente é Juíza de Direito do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul. Tem experiência na área de Direito.

**Link Currículo Lattes:** <http://lattes.cnpq.br/5324919206199963>

---

Francisco Eduardo Fontenele Batista

**Projeto de pesquisa com título provisório:** Pagamento Judicial dos débitos fazendários pecuniários: Especialização de Competência como Vetor de Efetividade

Possui graduação em Direito pela Universidade de Fortaleza (1996). Possui especialização em Processo Civil pela Universidade Federal do Ceará. Atualmente é formador de magistrados da Escola Superior da Magistratura do Estado do Ceará. Tem experiência na área de Ciência Política, com ênfase em Estudos do Poder Local.

**Link Currículo Lattes:** <http://lattes.cnpq.br/0385917355450825>

---

Ítala Colnaghi Bonassini Schmidt

**Projeto de pesquisa com título provisório:** A independência do Magistrado em tempos de “cultura do cancelamento”: Uma análise das possíveis influências dos movimentos virtuais sobre o ato de decidir e o papel contramajoritário do Judiciário.

Possui graduação em Direito pela Universidade Anhanguera - Uniderp (2011). Atualmente é juíza de direito - Tribunal de Justiça do Estado de Goiás. Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Criminal.

**Link Currículo Lattes:** <http://lattes.cnpq.br/1956434260559034>

---

João Thiago de França Guerra

**Projeto de pesquisa com título provisório:** Efetividade do sistema de precedentes em primeiro grau de Jurisdição.

Magistrado no Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso desde 2003. Especialista em Direito Civil e Processual Civil. MBA em Poder Judiciário e Sociedade, com ênfase em Gestão Pública, pela FGV Direito Rio. Juiz Auxiliar da Presidência do Tribunal de Justiça de Mato Grosso nas Gestões 2015/2016 e 2017/2018. Titular do Oitavo Juizado Especial Cível de Cuiabá, atualmente designado para a Terceira Vara de Fazenda Pública de Cuiabá. Coordenador da iniciativa do Conselho Nacional de Justiça de apoio à implantação do sistema Processo Judicial Eletrônico – PJe nos Tribunais de Justiça Estaduais (Portaria n. 66/2019-CNJ, de 29/04/2019).



---

**Link Currículo Lattes:** <http://lattes.cnpq.br/5856441808475656>

---

Leonardo Resende Martins

**Projeto de pesquisa com título provisório:** Legal design e processos estruturais: aplicações práticas em uma unidade jurisdicional e seus benefícios para a efetividade no tratamento da litigiosidade complexa

Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Master em Gestão Integrada do Ambiente pelo Instituto Universitario di Studi Superiori da Universidade de Pavia/Itália; MBA em Poder Judiciário pela FGV. É instrutor da Escola de Magistratura Federal da 5ª Região desde 2012. É Juiz Federal Titular da 6ª Vara Federal da Seção Judiciária do Ceará. É membro da Comissão Permanente de Revisão e Atualização do Manual de Orientação de Procedimentos para os Cálculos na Justiça Federal (desde 2010), do Comitê Executivo Estadual da Rede Nacional de Cooperação (desde 2012), do Grupo de Trabalho de Formação de Formadores do CJF (desde 2015) e do Comitê Gestor Regional para Implementação e Gestão da Política Nacional de Atenção Prioritária e Orçamentária do Primeiro Grau de Jurisdição (CG-PRIM), do qual é coordenador (desde 2015).

**Link Currículo Lattes:** <http://lattes.cnpq.br/9239619328399487>

---

Leonardo Sousa de Paiva Oliveira

**Projeto de pesquisa com título provisório:** Precedentes: análise sobre o sistema de precedentes inaugurado com o novo CPC e a necessidade de sua melhor eficácia, num contexto de litigiosidade sistêmica

Possui graduação em Direito pela Universidade Federal da Paraíba (2000) e Especialização em Gestão Jurisdicional de Meios e Fins pelo Centro Universitário de João Pessoa - PB. Atualmente é Juiz de Direito - Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba.

**Link Currículo Lattes:** <http://lattes.cnpq.br/5369946895565970>

---

Lívia Lúcia Oliveira Borba

**Projeto de pesquisa com título provisório:** Análise discriminante aplicada ao desempenho de unidades Judiciárias: O que as melhores varas têm em comum.

Possui graduação em direito pela Universidade Federal de Minas Gerais (2001) e pós-graduação em direito tributário pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUCMINAS). Atualmente é Juíza de Direito titular da 2ª Vara Criminal, da Infância e Juventude de Ribeirão das Neves.

**Link Currículo Lattes:** <http://lattes.cnpq.br/5059933217523196>

---

Marcela Santana Lobo

**Projeto de pesquisa com título provisório:** Proteção à vítima de violência doméstica e o direito de audiência: Uma proposta de rito uniforme para processamento de medidas protetivas de urgência instituídas pela lei nº 11.340/2006

---

Possui graduação em Direito pela Universidade Federal do Maranhão (2006). Atualmente é membro do comitê de ética em pesquisa da Escola Superior da Magistratura do Estado do Maranhão e juíza de direito - Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão. Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito, atuando principalmente nos seguintes temas: tribunal do júri, audiência de custódia, direito processual penal, depoimento especial e lei anticrime. Possui Mestrado em Garantismo e Processo Penal pela Universidade de Girona/Espanha (2020). Cursando mestrado profissional em Direito e Poder Judiciário da ENFAM. Discentes Regulares / 2020.

**Link Currículo Lattes:** <http://lattes.cnpq.br/8123191080653784>

---

Mariana Rezende Ferreira Yoshida

**Projeto de pesquisa com título provisório:** Sub-representação feminina na carreira da magistratura brasileira: Cenário, fatores associados e perspectivas

Bacharelado em Direito pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) (2004). Aluna especial dos Programas de Pós-Graduação Stricto Sensu em Fronteiras e Direitos Humanos e de Mestrado em História, ambos da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) (2019). Mestranda em Direito e Poder Judiciário na Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (ENFAM) (2020). Desde 2011 é Juíza de Direito do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul (TJMS), atualmente titular da Vara Cível da Comarca de Rio Brilhante (2ª entrância).

**Link Currículo Lattes:** <http://lattes.cnpq.br/7541758381649868>

---

Michelle Amorim Sancho Souza Diniz

**Projeto de pesquisa com título provisório:** Metodologias ágeis, planejamento estratégico e unidade jurisdicional: uma proposta de inovação na governança judiciária

Possui graduação em Direito pela Universidade Federal do Ceará (2009). Atualmente, é Juíza de Direito do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão e Professora da Graduação e Pós-Graduação. Atua nas áreas de Direito Constitucional, Gestão Judiciária e Planejamento Estratégico. É especialista em Direito Constitucional pela Escola Superior da Magistratura do Estado do Ceará (2010). É Mestre em Ordem Jurídica Constitucional pela Universidade Federal do Ceará (2012). As linhas de pesquisa são: identidade constitucional brasileira, sociologia constitucional, bases filosóficas da dignidade humana e coletiva, bem como administração judicial e gestão judiciária. Autora da boa prática denominada de "Metodologia canvas de projeto em unidade jurisdicional", aprovada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

**Link Currículo Lattes:** <http://lattes.cnpq.br/2350023601060071>

---

Paulo César Moy Anaisse

**Projeto de pesquisa com título provisório:** As infrações ambientais na Amazônia e a repercussão na Justiça Federal: A instrução e julgamento dos processos judiciais decorrentes do exercício do poder de polícia ambiental na Amazônia em áreas de interesse da união.



---

Possui pós-graduação em Direito do Estado pela Universidade Católica de Brasília -UCB (2008), graduação em Direito pela Universidade Federal do Pará (2000). Atualmente é Juiz Federal Titular - TRF-1/ Justiça Federal de Primeiro Grau - SJ/ PARÁ. Tem experiência na área de Direito, com ênfase em direito público.

**Link Currículo Lattes:** <http://lattes.cnpq.br/9334742809230857>

---

Pedro Enrico de Oliveira

**Projeto de pesquisa com título provisório:** Julgamento por inteligência artificial como instrumento de segurança jurídica e eficiência: Pelo progresso e implementação de marcos teóricos e regulatório da inovação tecnológica no poder judiciário

Possui graduação em Direito pela Fundação Universidade do Tocantins (2003). Especialista em Direito Processual Civil pela Universidade Gama Filho (2010). Especialista em Direitos Humanos, Teoria e Filosofia do Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (2012). Leciona as disciplinas Introdução ao Estudo do Direito e Direito Penal na Faculdade de Teologia, Filosofia e Ciências Humanas Gamaliel, FATEFIG. Discente do Programa de Mestrado Profissional em Direito e Poder Judiciário da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados, ENFAM, Brasil. É Juiz de Direito do Tribunal de Justiça do Estado do Pará.

**Link Currículo Lattes:** <http://lattes.cnpq.br/6134479863411106>

---

Rafael Souza Cardozo

**Projeto de pesquisa com título provisório:** A remissão concentrada: mecanismo para a desburocratização das unidades judiciárias infantojuvenis e efetivação dos direitos e garantias do adolescente em conflito com a lei

Rafael Souza Cardozo é Juiz de Direito do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco (TJPE) desde 2012, com ampla experiência em Direito da Criança e do Adolescente. Mestrado profissional em Direito e Poder Judiciário pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (ENFAM/DF), em andamento. Pós-graduado em Direito Público pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUCMG/IEC), em Direito Privado pela Universidade Candido Mendes (UCAM) e graduado em Direito pela Faculdade de Direito Milton Campos/MG. Desenvolveu diversos projetos na área da infância e juventude através da Coordenadoria da Infância e Juventude do TJPE. Recebeu prêmios pela gestão diferenciada nas seguintes unidades judiciárias: Vara Única de São João/PE, Vara da Infância e Juventude de Jaboatão dos Guararapes/PE e 2ª Vara de Executivos Fiscal Estadual da Capital. Integra ainda o subcomitê de implantação do PJe Criminal/Infracional do TJPE. Membro efetivo do Centro de Inteligência do Tribunal de Justiça de Pernambuco. É associado da Associação Brasileira dos Magistrados da Infância e Juventude (ABRAMINJ) e do Fórum Nacional da Justiça Juvenil (FONAJUV), no qual exerce o cargo de 1º Secretário, além de ter integrado o Comitê de Boas Práticas. Atua também como professor de Direito da Criança e do Adolescente, tendo ministrado aulas junto às seguintes instituições: Espaço Jurídico Cursos Preparatórios, Cursos Jus 21 e AEJUR. Integra o corpo docente da Escola Judicial de Pernambuco (ESMAPE), possui o Curso de Formação de Formadores (FoFo) da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (ENFAM) e faz parte do Banco Nacional de Formadores.

---

**Link Currículo Lattes:** <http://lattes.cnpq.br/9847302871966079>

---

Raffaela Cássia de Sousa

**Projeto de pesquisa com título provisório:** Os mecanismos de atuação do Juiz Federal na gestão dos processos que envolvam direitos coletivos dos povos indígenas

Possui graduação em Direito pela Universidade Federal de Ouro Preto (2009).

**Link Currículo Lattes:** <http://lattes.cnpq.br/0519525104878513>

---

Rodrigo Maia da Fonte

**Projeto de pesquisa com título provisório:** Extinção ou deslocamento de varas jurisdicionais: proposta de solução para os problemas daí decorrentes

Possui graduação em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco (2009). Atualmente é Juiz Federal da Tribunal Regional Federal da 5ª Região. Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Público.

**Link Currículo Lattes:** <http://lattes.cnpq.br/5252925105007197>

---

Salomão Akhnaton Zoroastro Spencer Elesbon

**Projeto de pesquisa com título provisório:** A integração das plataformas extrajudiciais de soluções de conflitos e a qualificação do interesse de agir do consumidor para o acesso aos juizados especiais cíveis

Possui graduação em Direito pelo Centro Universitário do Espírito Santo (1997). Cursa o Mestrado Profissional em Direito do PPGPD/Enfam. Atualmente é Juiz de Direito do Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo. Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito do Consumidor e Juizados Especiais Estaduais.

**Link Currículo Lattes:** <http://lattes.cnpq.br/6745326135632557>

---

Silvio Neves Baptista Filho

**Projeto de pesquisa com título provisório:** O uso dos atos concertados para a centralização de processos repetitivos: diagnóstico e proposta para criação de um modelo

Possui graduação em Direito pela Universidade Católica de Pernambuco (1996). Foi Advogado entre os anos de 1996 e 2016, tendo atuado no contencioso judicial cível. Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, lotado na 1ª Turma da Câmara Regional de Caruaru, com competência para apreciar e julgar recursos cíveis. Possui experiência na área de Direito Civil, Empresarial, Administrativo e Processo Civil. Preside o Comitê Gestor do Processo Judicial Eletrônico do TJPE desde 2017, e também integra a Comissão da Aplicação de Soluções de Inteligência Artificial. Integra ainda a Comissão Nacional de Altos Estudos sobre a magistratura e as Mídias Sociais, nomeado pelo Diretor Geral da ENFAM em junho de 2018.

**Link Currículo Lattes:** <http://lattes.cnpq.br/5923075564904580>